



## Conselho de Saúde do Distrito Federal

### ATA DA QUINGENTÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

1 Aos catorze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, por videoconferência, em  
2 atendimento ao Decreto nº 41.841, de 26 de fevereiro de 2021, realizou-se a Quingentésima Primeira  
3 Reunião Ordinária do Conselho de Saúde do Distrito Federal – CSDF. A Reunião contou com a  
4 participação da *Presidente do CSDF, Jeovânia Rodrigues Silva, da Secretária Executiva do CSDF,*  
5 **Andressa Cristina de Oliveira Silva Cavalcante**, dos conselheiros **segmento gestor:** Luciano  
6 Moresco Agrizzi, Sandro Rogério Rodrigues Batista, Arilene de Souza Luís, Maurício Gomes  
7 Fiorenza, Osnei Okumoto, Elza Ferreira Noronha, Maria Aurilene Gonçalves Pedroza, Juracy  
8 Cavalcante Lacerda Júnior; dos conselheiros **segmento trabalhador:** Rosalina Aratani Sudo, Tiago  
9 Sousa Neiva, Solange Pereira de Souza, Jefferson de Sousa Bulhosa Júnior, Rozangela Fernandes  
10 Camapum, Helvécio Ferreira da Silva, Isaires Florenço de Souza, Josiane Alves Jacob, Karine  
11 Rodrigues Afonseca; dos conselheiros **segmento usuário:** Miriam Marques Nery, Silvestre Araújo,  
12 Luís Carlos Macedo Fonseca, Jaira Leite Ramos, Naythielle Letícia Guerra de Souza, João Manoel  
13 Santos Alcântara, Darly Dalva Silva Máximo, Teresinha de Jesus Pantoja Henrique. Participaram  
14 como **convidados:** Júlia Karoline, Flávio Santos, Fernanda e Camila Medeiros. Conselheira  
15 **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, iniciou a reunião às 9h04. Foi aferido quórum  
16 necessário para deliberação. **Expediente – Pedidos de licença e justificativa de faltas dos**  
17 **Conselheiros** – Secretária Executiva do CSDF, **Andressa Cristina**, anunciou as justificativas de  
18 ausência à 503ª RO recebidas no CSDF: Conselheiros(as) Marcos Moura, Domingos de Brito,  
19 Raimundo Nonato, Paulo Martins, Maria Herislani e Fátima Rôla. **Pedidos de inclusão de matéria**  
20 **na ordem do dia da próxima Reunião Ordinária do CSDF** – Conselheiro **Helvécio** solicitou pauta  
21 referente ao Relatório de Gestão do IGESDF retroativo a 2019, o contrato específico de gestão que  
22 finda e a proposta inicial para 2024. Conselheira **Josiane** solicitou inclusão de pauta referente ao  
23 Dimensionamento de pessoal na SES. Conselheira **Rozangela** propôs inclusão de pauta referente à  
24 Política Distrital de Saúde Bucal do DF e também avaliação de marcação de Reunião Extraordinária  
25 para apreciação da PAS 2023. Conselheira **Jaira** solicitou inclusão referente à Programação da  
26 Academia de Saúde. **Pedidos de inclusão, na ordem do dia, de assunto emergencial**  
27 **devidamente justificado e aprovado por maioria** – Conselheira **Rozangela** propôs que se  
28 deliberasse que a reunião ordinária de abril fosse de forma presencial. Conselheiro **Helvécio (7:03)**  
29 propôs pauta sobre tele trabalho na ADMC. **Apresentação de convidados (as), bem como de**  
30 **novos(as) conselheiros(as) ao Plenário.** Secretária Executiva do CSDF, **Andressa Cristina**,  
31 efetuou a leitura do Termo de Posse dos(as) novos(as) conselheiros(as) de saúde: Elza Ferreira  
32 Noronha, Sandro Rogério Rodrigues Batista, Juracy Cavalcante Lacerda Júnior, Maria Aurilene  
33 Gonçalves Pedroza, Thiago Santos Martins Alves e Valdenize Tiziane. Seguiu-se breve  
34 apresentação dos empossados. **Manifestação ou pronunciamento dos Conselheiros inscritos** –  
35 Conselheira **Rozangela** lembrou que estão acontecendo as Conferências Regionais e reforçou a  
36 importância da participação de todos. Informou que a Conferência Nacional de Saúde Mental, que  
37 seria realizada em maio, foi transferida para 24 a 27 de outubro. Referiu-se à mulher que pulou a  
38 janela na UPA de Ceilândia e está internada no Hospital de Base em estado gravíssimo, por conta de  
39 falta de recursos humanos. Disse que o Conselho tem denunciado que estão sendo abertas UPAS  
40 sem recursos humanos e acontece esse tipo de coisa. Citou o caso do paciente com Síndrome de  
41 Down que também faleceu aguardando atendimento na UPA do Setor O. Propôs que o Conselho de  
42 Saúde junto com a PROSUS articule com a SES para fazer uma diligência em todas essas UPAS  
43 para verificar as condições de trabalho e recursos humanos. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**,  
44 Presidente do CSDF, efetuou proposição. Disse que a intervenção feita pela Conselheira Rozangela  
45 é precisa e sugeriu que a Comissão de Urgência e Emergência já se organize com vistas a  
46 confecção de um cronograma de planejamento para proceder, em conjunto com outros órgãos de  
47 controle, um movimento de diligências a todas as UPAS do DF para elaboração de um relatório.  
48 Conselheiro **Jefferson** concordou com a proposição da Conselheira Rozangela. Citou corte de 5 bi

49 da Secretaria de Saúde. Disse que muito do que se está sofrendo hoje na Secretaria advém desses  
50 cortes, além da PEC 95. Disse que tem uma avaliação que a Secretaria pode fazer outro tipo de  
51 contrato que não seja o IGESDF. Disse que tem que ter outro modelo de gestão. Conselheira  
52 **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, procedeu os seus informes. Disse, a respeito do  
53 acompanhamento do contrato de gestão do IGESDF, que conforme a Lei cabe ao Conselho de  
54 Saúde acompanhar e fazer um controle social desse contrato de gestão, tem-se representantes do  
55 CSDF nos Conselhos de Administração e Fiscal, além de que ela própria faz o acompanhamento  
56 junto ao Comitê Executivo de Saúde do Tribunal de Justiça. Disse que neste fórum, que é um fórum  
57 ampliado com representantes do sistema judiciário, foi demandada uma atualização do contrato de  
58 gestão que está em curso, está sendo tramitado e no momento oportuno retornará ao Plenário do  
59 Conselho de Saúde para essa atualização. **Ordem do dia - Item 1 – Aprovação da Ata 501ª RO.**  
60 Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do  
61 CSDF, informou que não foram recebidas no CSDF por parte dos Conselheiros solicitações de  
62 retificação na ata 501ª RO. Submeteu em seguida para aprovação do Pleno. Foi aprovada a ata 501ª  
63 RO por maioria de votos, com abstenções das Conselheiras Elza Noronha e Juracy. **Item 2 –**  
64 **Apresentação e aprovação da Pauta da 501ª Reunião Ordinária do CSDF** - Coordenação: Mesa  
65 Diretora do CSDF. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, apresentou a  
66 pauta com as duas solicitações de inclusão feitas pelo Conselheiro Helvécio, referente ao tele  
67 trabalho, e Conselheira Rozangela, referente à retomada das reuniões presenciais do CSDF.  
68 Submeteu em seguida ao Pleno para aprovação. Foi aprovada a pauta por unanimidade. **Item 3 –**  
69 **Atualizações da SES/DF.** Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Expositor: Gestão SES-DF.  
70 Conselheiro **Luciano Agrizzi** procedeu as atualizações da SES. Citou o chamamento de 1235 novos  
71 concursados e destes 845 assumiram os cargos. Disse que terá impacto tanto na rede de urgência e  
72 emergência quanto na Atenção Primária e que o entendimento é que se conseguirá fazer uma  
73 melhoria na urgência e emergência com a capacitação, qualificação e ampliação do atendimento da  
74 Atenção Primária em saúde. Disse que conseguiu a entrada de 42 médicos de família e comunidade  
75 que serão alocados para formação de equipes de saúde de estratégia da saúde da família,  
76 ampliando assim a cobertura das estratégias. Informou que está em tratativas junto à Coordenação  
77 de Atenção Especializada para se mitigar toda essa conformação da urgência e emergência. Disse  
78 que foi esgotado o cadastro de reserva dos anestesistas com 124 chamados e, destes, 30  
79 assumiram. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, questionou se há alguma  
80 previsão do ato de tornar sem efeito essas nomeações daqueles que não se apresentaram para se  
81 estimar um tempo administrativo no qual os concursos que tenham ainda cadastro com possibilidade  
82 de chamamento possam fazer essa recomposição e assim, em algumas dessas categorias  
83 profissionais, se impacte de uma maneira célere na assistência aproveitando a validade desses  
84 concursos. Conselheiro **Jefferson Bulhosa** efetuou questionamento sobre o atual quadro das  
85 pessoas do NASF. Questionou sobre problema referente à nutricionista/nutrição em Brazlândia –  
86 UBS 1. Conselheiro **Tiago Neiva** efetuou questionamento sobre as propostas da SES acerca da  
87 equiparação da remuneração inicial dos médicos da SES em início de carreira à iniciativa privada.  
88 Conselheiro **Luciano Agrizzi** respondeu aos questionamentos. Disse que foram feitas tratativas com  
89 a SUGEP referentes às nomeações e realização de um novo chamamento para contemplar o  
90 restante. Disse que o prazo que foi estimado é entre 7 e 10 dias. Respondeu ao Conselheiro  
91 Jefferson sublinhando a importância dos NASFs e é preciso efetivamente fortalecê-los. Disse que por  
92 ser um ponto muito específico não acompanhou nenhuma tratativa em referência à UBS 1 de  
93 Brazlândia. Comprometeu-se, juntamente com a equipe COAPS e DIRAPS local e Superintendente  
94 verificar a questão da nutrição. Respondeu ao Conselheiro Tiago Neiva informando que não foram  
95 ainda colocadas propostas na mesa para se debater a questão da remuneração dos médicos. Disse  
96 que levará o tema à Secretária de Saúde. Disse que um entendimento que a gestão tem feito e  
97 buscado junto aos entes de gestores de todos os níveis, tanto regional quanto ADMC, é a  
98 necessidade de melhora na ambientação e a qualificação nos serviços de saúde para todos os  
99 trabalhadores. Conselheira **Jaira** questionou sobre o novo plano de trabalho, para os novos  
100 servidores e para os que já estão trabalhando. Conselheira **Karine** efetuou questionamento sobre a  
101 situação dos processos de ampliação de carga horária para 40 horas. Recordou que em julho/agosto  
102 vencerão os contratos de trabalho temporários de técnicos de enfermagem e isso poderá gerar um  
103 apagão no atendimento da SES. Conselheira **Solange** citou a questão da troca ou fornecimento dos  
104 computadores, principalmente na APS. Questionou sobre o uso das máscaras nas unidades de  
105 saúde. Conselheiro **Luciano Agrizzi** respondeu aos questionamentos. Disse que deve haver  
106 responsabilização de servidores quando ocorrer alguma postura inadequada. Disse que a  
107 capacitação dos servidores foi uma das primeiras tratativas da nova gestão, e discorreu acerca das

108 medidas que estão sendo implementadas referentes ao segmento trabalhador e gestor. Respondeu  
109 em referência aos Técnicos de Enfermagem que está sendo feito um levantamento na rede em  
110 relação ao quantitativo de leitos e o que está faltando. Disse entender que a impactação maior será  
111 dos Técnicos de Enfermagem, porém já está em tratativas para mitigação. Respondeu, em referência  
112 ao entendimento de saúde mental dos trabalhadores, que já está sendo feito pelo Núcleo de  
113 Medicina do Trabalho. Disse que está sendo realizada tratativa de acolhimento aos novos servidores.  
114 Respondeu, em relação aos computadores, que foram em torno de 3.500 computadores que  
115 chegaram na rede e o responsável pela distribuição e acompanhamento é o SAG – Secretário-  
116 adjunto de Assistência. Respondeu, com relação à máscara, que normalmente se acompanha as  
117 tratativas que são colocadas pelo Ministério da Saúde. Destacou que a preocupação deve ser  
118 sempre com a preservação da saúde. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF,  
119 considerou que não ficou clara a resposta sobre a concessão das 40 horas. Conselheiro **Luciano**  
120 **Agrizzi** detalhou a resposta sobre as 40 horas. Disse que estão elencadas como ações para que se  
121 consiga realizar o desbloqueio de leitos e permanecer ou ampliar serviços. Disse que as 40 horas  
122 estão em levantamento e deve-se observar a dotação orçamentária e a impactação financeira.  
123 Conselheiro **Luís Carlos** teceu considerações em referência ao tema do RH na SES, opinando que  
124 dever haver um estudo para equiparação das condições ao mercado de trabalho. Conselheira  
125 **Josiane** demonstrou preocupação com a questão da falta de recursos humanos. Citou a UTI  
126 neonatologia da Ceilândia e HMIB. Disse que participou de reunião na semana passada no CO do  
127 Hospital Regional de Taguatinga pois não se tem profissionais em número suficiente para atender à  
128 demanda. Efetuou outras observações feitas. Disse, em relação ao Hospital Regional de Brazlândia,  
129 que observou que não se tinha um enfermeiro presente na escala, o que não pode acontecer pela  
130 Lei Federal nº 7.498. Questionou acerca da falta de enfermeiros em Brazlândia. Conselheiro  
131 **Jefferson Bulhosa** opinou que falta um projeto de reestruturação da SES. Conselheiro **Luciano**  
132 **Agrizzi** respondeu aos questionamentos. Disse que irá realizar um levantamento com relação às 40  
133 horas e fazer um encaminhamento para que se consiga agilizar a questão dos Técnicos de  
134 Enfermagem. Disse, com relação aos Enfermeiros, que foram chamados 220 e 196 assumiram o  
135 cargo na SES. Disse que é preciso verificar junto ao Superintendente em Brazlândia a condição de  
136 fazer os ajustes de remanejamento e entender como está a condição do Hospital Regional de  
137 Brazlândia. Conselheiro **Sandro** complementou a resposta. Disse, em relação ao questionamento  
138 feito pelo Conselheiro Jefferson referente à nutricionista, que apurou que uma nutricionista, que já  
139 tem um tempo importante que ela estava em Brazlândia, Unidade 1, pediu remoção por questões  
140 pessoais, e foi removida para Ceilândia. Disse que já estão sendo tomadas as providências para  
141 lotação de um novo profissional na UBS 1 de Brazlândia. **Item 4 – Atualizações da 11ª Conferência**  
142 **Distrital de Saúde**. Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**,  
143 Presidente do CSDF, procedeu as atualizações da 11ª CDS. Citou a necessidade de aprovação do  
144 regulamento, Resolução nº 575 – Regulamento da 11ª CDS, que foi *ad referendum*. Submeteu ao  
145 Pleno a aprovação. Foi aprovada a Resolução por unanimidade. **Item 5 – Apresentação dos**  
146 **pareceres do RAG 2021 e minuta de Resolução do RAG 2021**. Coordenação: Mesa Diretora do  
147 CSDF. Expositores: GT RAG 2021 e Conselheiro Helvécio. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**,  
148 Presidente do CSDF, passou a palavra aos expositores e membros do Grupo do RAG, bem como ao  
149 Conselheiro Helvécio. Conselheira **Rozangela** disse ter entendido que quem pediu vistas falaria  
150 primeiro. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, disse que poderia ser.  
151 Conselheiro **Helvécio** divergiu sugerindo que, quanto à forma, para melhor entendimento dos demais  
152 que não participaram do GT, fosse apresentado o Parecer do GT com as ressalvas pois são nelas  
153 que se encontr5am o nexu causal do pedido de vistas. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**,  
154 Presidente do CSDF, contextualizou em seguida o tema. Disse que o Relatório Anual de Gestão é  
155 submetido ao Plenário de maneira que ele vai para um Grupo de Trabalho que, desde o Plano  
156 Distrital de Saúde, o Plenário entendeu que seria interessante que aquele grupo se debruçasse, a  
157 partir do Plano de Saúde que é quadrienal, com relação aos demais instrumentos de planejamento  
158 que são deliberados no Plenário que são os Relatórios Anuais de Gestão, bem como as  
159 Programações Anuais de Saúde. Disse que, neste sentido, este trabalho vem sendo feito desde  
160 2020, que em dezembro passado o item foi para a pauta e teve o pedido de vistas, que é para  
161 apreciação do processo que já estava distribuído, e nesse momento está se retomando ao Plenário  
162 este mesmo ponto de pauta para que seja efetivamente submetido a uma deliberação tanto o  
163 documento que foi construído pelo Grupo de Trabalho, bem como as contribuições do pedido de  
164 vistas proposto pelo Conselheiro Helvécio. Disse que uma vez submetidos ao Plenário irá se  
165 deliberar pela aprovação em relação a esses pareceres de maneira terminativa para que o relatório  
166 de 2021 seja efetivamente concluído do ponto de vista de deliberação do Plenário. Pactuou-se que a

167 Conselheira Rozangela efetuaria a apresentação do parecer do GT, seguido pela apresentação do  
168 pedido de vistas do Conselheiro Helvécio. Conselheira **Rozangela** efetuou a apresentação do  
169 Parecer do RAG 2021, em que o Grupo de Trabalho é favorável à aprovação do RAG 2021,  
170 observando-se as recomendações propostas no parecer e na resolução. Totalizou os votos  
171 informando que votaram 5 membros do GT por unanimidade, sendo dois gestores, dois usuários e  
172 um trabalhador. Conselheiro **Helvécio** efetuou observação de que seu áudio estava com qualidade  
173 baixa, que não estava conseguindo ouvir perfeitamente a Presidente do CSDF, porém iria prosseguir  
174 com a explanação. Disse que as divergências são quanto à forma, que tudo o que foi exposto no GT  
175 RAG contempla e é genuíno. Efetuou destaque. Disse que causa estranheza, que alguma coisa  
176 aconteceu nos últimos cinco anos, que na análise do RAG, do PDS e da PAS, não se recepciona a  
177 Resolução nº 4604, que dispõe sobre a forma, a organização, composição, atribuições do CSDF, em  
178 conformidade com o Art. 198, inciso III da Constituição Federal, Art. 7º, inciso VIII da Lei nº 8080 de  
179 19 de setembro de 1990, a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Art. 215 da Lei  
180 Orgânica do DF, as diretrizes da Resolução nº33 do Conselho Nacional de Saúde, de 4 de novembro  
181 de 2013, e já com as alterações atuais, vigentes. Apresentou o seu parecer, referente ao seu pedido  
182 de vistas. Considerou fundamental para a consolidação do Controle Social SUS/DF que sejam  
183 considerados os gestores do exercício fiscal RAG 2020-2021 não protagonistas eficazes no  
184 cumprimento das metas e indicadores constantes do Plano de Saúde, considerando-os como  
185 responsáveis pelo referido não protagonismo. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do  
186 CSDF, abriu as inscrições para o debate. Conselheiro **Jefferson Bulhosa** efetuou questionamento.  
187 Disse que o Conselheiro Helvécio efetuou um único destaque no relatório, que deseja que no  
188 relatório conste a responsabilidade dos gestores em 2021 com relação ao não cumprimento das  
189 metas com relação à Atenção Primária. Questionou quais seriam as implicações. Conselheira  
190 **Rozangela** respondeu ao questionamento. Disse entender que durante todo o relatório a  
191 responsabilização dos gestores não estarem cumprindo as metas já foi feita, não só com relação à  
192 Atenção Primária, mas a Vigilância e a Assistência Farmacêutica. Citou o item que encaminha o  
193 relatório para todos os órgãos de controle, todo o poder judiciário, além dos órgãos do controle social  
194 e da gestão. Disse não ver necessidade de se colocar um item específico dizendo que o Conselho de  
195 Saúde responsabiliza os gestores. Conselheiro **Luís Carlos** observou que o Conselheiro Helvécio  
196 fez uma retrospectiva. Disse que as considerações feitas se encontram abrangidas no Parecer  
197 relatório do GT. Conselheiro **Helvécio** efetuou considerações. Disse que o Conselho somente tem  
198 três formas de manifestação: moção, recomendação e resolução. Disse que quando fez a questão  
199 específica da 445, art. 2º em observação ao 1º, mas com ênfase ao 2º, o Conselho precisa se  
200 manifestar quanto aquilo que foi identificado na análise do RAG, que não é uma questão técnica na  
201 letra fria da lei, do relatório, é a visão, a percepção de ambiência da assistência à saúde pública na  
202 ótica dos conselheiros, principalmente usuários, a questão do pertencimento, o produto que lhe é  
203 entregue, e aí a atuação dos gestores pois não se tem no DF especificamente uma gestão  
204 descentralizada. Disse que o Conselho já se manifestou no que tange às estruturas organizacionais,  
205 os modelos de estruturas, Fundação Pública de Saúde de direito privado, estruturas públicas não  
206 praticadas. Citou contraponto a ser esclarecido com a questão jurídica, que é o IGES, que se foi  
207 estabelecido numa questão posterior ao IHEFB e depois transformado em IGES, já se tinha  
208 anteriormente uma discussão já em curso do CIPE, o Hospital da Criança, e isso demandou até  
209 mandado de segurança contra o Presidente do Conselho, à época pelo Dr. Renilson Rehem, que era  
210 Diretor Executivo do Hospital da Criança, e perdeu na justiça porque o Conselho cumpriu o seu  
211 papel. Disse que a consideração de não protagonismo pertence ao Conselho, mas ele precisa se  
212 manifestar enquanto resolução, recomendação ou moção para que os demais órgãos de controle,  
213 em uma escala superior jurídica ao Conselho de Saúde do DF, se posicionem, porque senão cai na  
214 vala comum de ressalvas, e se não cai na mão de um conselheiro do Tribunal de Contas, de outros  
215 órgãos que sejam proativos no que tange à aplicação da lei, vai continuar sendo o mesmo jeitinho da  
216 lei de Gérson nesse país. Disse que é preciso identificar quem são os agentes protagonistas  
217 positivos eficazes e quem são aqueles que ficam na sua mesa, no seu respaldo usufruindo das  
218 benesses das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras, mas não fazem o seu papel, e ainda vão às  
219 redes sociais fazerem críticas à assistência à saúde pública. Disse que é o momento de se  
220 estabelecer equidade, trazer à lume da sociedade a questão clara, quem é que gere, até porque o  
221 Conselho não pode imiscuir-se na questão de gestão, mas pode analisar e considerar eficiente ou  
222 insuficiente, competente ou incompetente. Disse, quanto ao aspecto penal, que não é do escopo do  
223 CSDF, é outra esfera. Frisou que o usuário tem que se empoderar, avaliar e considerar o gestor da  
224 sua região, do seu hospital, da sua unidade, se ele é proativo, eficiente ou se ele é leniente. Disse  
225 que a divergência é apenas quanto à forma e o entendimento mínimo. Disse que esteve com a

226 Secretária, com a sua assessoria técnica, e disse o porquê do parecer e o objeto pretendido.  
227 Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, encaminhou, até em atenção ao  
228 reforço do Conselheiro Helvécio, que o ato deliberativo a ser tomado é uma resolução e, para  
229 subsidiar a resolução, iria colocar em votação, após os próximos três inscritos, a votação dos dois  
230 Pareceres apresentados para que na sequência seja apresentado o instrumento deliberativo em  
231 forma de resolução à qual estará subsidiada no parecer que seja aprovado pelo Plenário.  
232 Conselheiro **João Manoel** colocação. Questionou novamente o que pode ser feito para resolução  
233 dos problemas da saúde, opinando que se tem que ter planejamento, prazo para essa resolução.  
234 Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, respondeu ao questionamento do  
235 Conselheiro. Disse que após a votação, o relatório se transformará em uma resolução que irá para  
236 os outros órgãos competentes, incluindo o judiciário. Disse que o CSDF não é um tribunal, não se  
237 julga nem pune ninguém, e sim analisa, emite uma decisão para que a quem é de competência tome  
238 as medidas mencionadas pelo Conselheiro. Conselheiro **Luís Carlos** efetuou colocação. Disse que o  
239 apresentado pelo GT engloba as colocações advindas do Conselheiro Helvécio. Conselheiro **Tiago**  
240 **Neiva** manifestou preocupação com uma série de indicadores críticos. Opinou que o relatório do  
241 RAG deve conter sugestões para solução. Efetuou sugestão de inclusão de ferramenta para que se  
242 acompanhe a execução orçamentária da SES. Conselheiro **Jefferson Bulhosa** concordou com a  
243 Presidente Jeovânia em se realizar a votação em separado, pois entende que a Conselheira  
244 Rozangela atendeu ao pedido do Conselheiro Helvécio. Conselheiro **Tiago Neiva** manifestou  
245 preocupação com moções de repúdio sem o entendimento do contexto dos fatos. Conselheiro  
246 **Jefferson Bulhosa** respondeu. Disse que o Conselheiro Tiago não havia entendido, que na verdade  
247 o Conselheiro Helvécio tem o direito de fazer a moção caso ele queira. Conselheiro **Helvécio**  
248 solicitou questão de ordem e encaminhamento, sendo então alertado pela Presidente Jeovânia que o  
249 encaminhamento já havia sido feito. Conselheira **Rozangela** explicou a proposta de resolução,  
250 frisando que especifica que devem existir medidas corretivas da gestão. Disse que o Parecer do  
251 Conselheiro Helvécio coloca dois pontos concretamente, o primeiro é uma reunião da gestão com os  
252 usuários para explicar os fatos do não cumprimento das metas ou da execução em 2020, opinando  
253 que pode ser votado em separado após a votação do Parecer e da Resolução, e o segundo ponto,  
254 referente à responsabilização dos gestores, opinou que quando se aprova uma resolução com  
255 medidas corretivas para a gestão e se encaminha a resolução para todos os órgãos de controle, isso  
256 já está contemplado. Conselheiro **Helvécio** efetuou colocação. Disse que há um esclarecimento que  
257 se faz necessário, que é preciso no aspecto legal, jurídico e institucional, fazer referência à 4604, na  
258 análise do RAG, pois ela é específica do DF, originária da Lei Orgânica, a partir do art. 215. Disse  
259 que quando se fala em matriz de responsabilidade não é pessoas, é a estrutura organizacional da  
260 SES, que são ordenadoras de despesas, independente de quem é o titular do cargo naquele lapso  
261 temporal. Disse que por isso falou que era complementar e específico à Atenção Primária. Efetuou  
262 duas propostas de resolução: 1) o Parecer do RAG, *in totum*, aprovando a análise do RAG e do  
263 relatório; 2) aplicar a 445 no escopo do art. 1º e 2º considerando a baixa execução orçamentária  
264 constante a partir de 2021. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, submeteu  
265 a votação nominal os dois pareceres apresentados, o do GT e o do Conselheiro Helvécio. Votaram a  
266 favor do Parecer do GT os Conselheiros(as) Silvestre, João Manoel, Jaira, Naythielle, Luís Carlos,  
267 Lourdes Cabral, Rozangela, Jefferson Bulhosa, Rosalina Sudo, Tiago Neiva, Josiane, Luciano  
268 Agrizzi, Maria Aurilene, Elza, Sandro, Maurício e Arilene. Votou a favor do Parecer do Conselheiro  
269 Helvécio o próprio Conselheiro Helvécio. Foi aprovado o Parecer do GT. Conselheira **Rozangela**  
270 **(27:26)** apresentou em seguida a minuta de Resolução. Conselheiro **Jefferson Bulhosa (34:26)**  
271 efetuou destaque de forma do texto. Conselheiro **Tiago Neiva (36:00)** registrou destaque, que a  
272 SES, por meio de um grupo de Trabalho específico, apresente periodicamente o andamento das  
273 metas e indicadores previstos na PAS e também na Lei Orçamentária. Conselheira **Jeovânia**  
274 **Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, explicou o destaque feito pelo Conselheiro Tiago Neiva, que  
275 a Comissão em seu campo de ação consiga atuar em um calendário que não sobrecarregue o  
276 Plenário com aprofundamento nos detalhes técnicos. Registrou que o pedido de destaque está  
277 contemplado no art. 3º da minuta da resolução. Conselheiro **Helvécio** comentou que o que foi  
278 colocado pelo Conselheiro Tiago já está na Resolução nº 527 artigos 1º ao 6º, que é a Comissão de  
279 Orçamento e Finanças. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, submeteu à  
280 votação a minuta de Resolução apresentada. Foi aprovada a minuta de Resolução sem votos  
281 contrários ou abstenções. Justificou em seguida a retirada do item 9 da pauta, pela ausência da  
282 Conselheira Rozangela por motivo de força maior, ficando o item para a próxima reunião. **Item 6 –**  
283 **Apresentação da Comissão PCD referente à entrega de cadeiras de rodas no período de**  
284 **fevereiro a setembro de 2022, pela Secretaria da Pessoa com Deficiência.** Coordenação: Mesa

285 Diretora do CSDF. Expositor: Comissão PCD – Conselheiro Silvestre Araújo. Conselheiro **Silvestre**  
286 apresentou o tema ao Pleno. Disse que desde 2016 acompanha a entrega de órteses e próteses  
287 pelo Núcleo de Órteses e Próteses, que faz um excelente trabalho para as pessoas com deficiência  
288 em Brasília e entorno. Disse que tem a preocupação de acompanhar a lista de entrega, porém em  
289 2022, de fevereiro a setembro, algumas cadeiras passaram a ser entregues pela Secretaria da  
290 Pessoa com Deficiência e, infelizmente, ocorreram situações em que algumas pessoas passaram à  
291 frente no recebimento das cadeiras. Disse que recebeu e-mail, assinado por quatro pessoas, que  
292 denota a situação, como pessoas que receberam cadeiras de rodas motorizadas e cadeiras de  
293 banho no mesmo dia em que fizeram inscrição. Disse que há uma regulação na SES para as  
294 pessoas receberem essas cadeiras de rodas. Questionou como a Secretaria da Pessoa com  
295 Deficiência conseguiu realizar a entrega no mesmo dia que foram feitas as inscrições. Disse que  
296 separou todos os grifos das cadeiras que foram entregues para as pessoas com deficiência. Efetuou  
297 a leitura do documento referente à solicitação feita. Disse ao final que teve uma reunião com a  
298 Secretária de Saúde e alguns técnicos da SES e foi informado que não se tinha uma resposta para a  
299 situação. Solicitou resposta pelos gestores aos questionamentos elencados no máximo em 15 dias,  
300 caso contrário levaria a situação para o Ministério Público, TCDF e para a Secretaria dos Direitos  
301 Humanos da CLDF. Secretária-executiva do CSDF, **Andressa Cristina**, informou os gestores  
302 presentes à R.O para responder aos questionamentos: Secretário da Secretaria Extraordinária da  
303 Pessoa com Deficiência do DF, Dr. Flávio Pereira dos Santos; Camila Medeiros, Gerente da  
304 Gerência de Serviços de Saúde Funcional; Fernanda, Chefe da NUPOP; Munique Nascimento,  
305 Chefe no Núcleo de Atendimento Ambulatorial de Órteses e Próteses e Materiais Especiais da SES.  
306 Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, passou a palavra ao Secretário da  
307 Pessoa com Deficiência, antes, porém, esclareceu que se tem duas secretarias tratando sobre essa  
308 pauta, e cada uma dessas pastas com seus protocolos, requisitos, critérios e devidas características  
309 que visam chegar ao objetivo final da distribuição das cadeiras. Secretário da Pessoa com  
310 Deficiência, **Flávio Pereira**, respondeu ao Conselheiro Silvestre. Agradeceu a oportunidade e  
311 parabenizou ao CSDF e a SES pelo trabalho realizado. Repassou um histórico referente à parceria  
312 da SES com a Secretaria da Pessoa com Deficiência. Disse que ao final de 2020, ainda na gestão  
313 anterior, foi adquirido um quantitativo bem expressivo de cadeiras de rodas, por meio de uma  
314 emenda parlamentar do Deputado Iolando Almeida, e essa aquisição foi feita sob total orientação da  
315 própria SES, onde se pode aderir a uma ata de registro de preços aonde constava inclusive  
316 especificações das cadeiras, baseadas nas cadeiras que a SES entrega dentro de um nível de  
317 qualidade e baseadas nas cadeiras de rodas que são entregues pelo Sistema Único de Saúde. Disse  
318 que sempre houve uma preocupação de que as cadeiras adquiridas para este processo fossem  
319 cadeiras de qualidade e cadeiras que pudessem atender às especificidades e as necessidades do  
320 segmento das pessoas com deficiência que utilizam o programa. Disse que dentro dessa adesão a  
321 ata de registro de preços da SES foi orientado a adquirir essas cadeiras com tamanhos específicos  
322 que são normalmente adquiridos pela SES para atender às suas demandas. Ressaltou que na época  
323 havia uma demanda reprimida razoável e o interesse da Secretaria que trabalha em prol das  
324 pessoas com deficiência era exatamente suprir essas necessidades. Disse que por isso deu a  
325 importância maior em adquirir cadeiras de rodas por achar que é uma política pública muito  
326 importante para o segmento das pessoas com deficiência. Disse que ficou estabelecido naquela  
327 ocasião que todas as entregas seriam feitas em conjunto com a Secretaria de Saúde e em nenhum  
328 momento a Secretaria da Pessoa com Deficiência entregou efetivamente cadeiras de rodas, todas as  
329 cadeiras foram entregues pela Secretaria de Saúde por meio de uma listagem que constava no seu  
330 banco de dados, procurando seguir ao máximo todos os critérios estabelecidos para as entregas  
331 proporcionalmente aos tipos de cadeiras que se tinha a oferecer, os tamanhos e a sua  
332 especificidade, então nenhuma entrega que foi feita com as cadeiras da Secretaria da Pessoa com  
333 Deficiência aconteceu sem o aval, participação, orientação e sem o acompanhamento da Secretaria  
334 de Saúde. Disse que foram sempre entregas em conjunto, nunca isoladamente a Secretaria da  
335 Pessoa com Deficiência entregou cadeira de rodas sem ter esse aval, entendendo que cadeiras de  
336 rodas são um equipamento de saúde e, é claro, é de competência de a Secretaria de Saúde fazer  
337 todo esse acompanhamento. Ressaltou que, dentro disso, a lista de espera da Secretaria de Saúde é  
338 de controle exclusivo da Secretaria de Saúde, e em nenhum momento a Secretaria da Pessoa com  
339 Deficiência interferiu buscando qualquer outro tipo de benefício para algum usuário que deveria estar  
340 na frente ou não. Disse que tem três representantes da Secretaria de Saúde que são  
341 especificamente da área de órteses e próteses que poderão dar maiores esclarecimentos após a sua  
342 fala. Disse que todas as demandas da série se procurou atender e inclusive hoje se tem um processo  
343 feito onde estão registradas todas as cadeiras que foram entregues, os recibos específicos de cada

344 usuário, para que se haja uma comprovação efetiva de que essas cadeiras foram entregues para  
345 esses usuários registrados na Secretaria de Saúde, mais especificamente na órteses e próteses da  
346 SES. Disse ser importante também ressaltar que, em alguns desses momentos, também houve  
347 cadeiras da própria Secretaria sendo entregues em conjunto visto que as demandas existentes nem  
348 sempre puderam ser atendidas pelas cadeiras que a SPD possuía. Disse que, então, muitos dessas  
349 cadeiras que foram entregues foram cadeiras da própria Secretaria de Saúde dentro do seu  
350 programa de órteses e próteses. Reforçou que se tem hoje uma portaria em conjunto com a  
351 Secretaria de Saúde onde formalmente estão direcionados alguns atendimentos e serviços que  
352 acontecerão futuramente para as pessoas com deficiência direcionando maior qualidade para alguns  
353 serviços que as pessoas com deficiência precisam. Disse que se tem hoje dentro da Secretaria da  
354 Pessoa com Deficiência o acompanhamento do passe livre, o cadastro da pessoa com deficiência, e  
355 alguns programas do governo que necessitam que as pessoas com deficiência tenham a sua  
356 regulamentação efetivada através de laudo e de outros tipos de atendimento que a Secretaria de  
357 Saúde estará fornecendo por meio dessa parceria. Disse estranhar algumas colocações feitas pelo  
358 Conselheiro tendo em vista que entende não serem informações realmente verídicas. Solicitou  
359 formalmente que o Conselho encaminhasse a ata dessa reunião como também a gravação ao qual  
360 Conselheiro expressa algumas situações que ao seu ver estão equivocadas e levemente o  
361 colocando numa situação negativa. Disse que se ele não tiver condições de provar acionará  
362 juridicamente para que haja essa comprovação dessas colocações pois em nenhum momento a  
363 Secretaria da Pessoa com Deficiência compactua com irregularidade ou por qualquer outro processo  
364 que não seja dentro daquilo que é organizado e legalmente constituído. Disse estarem presentes três  
365 pessoas da SES que poderiam comprovar as informações. Solicitou novamente a gravação da  
366 reunião e a ata onde essas declarações apresentadas pelo Conselheiro foram colocadas porque irá  
367 tomar as medidas cabíveis judiciais. Disse que quem vai levar esse assunto para o Ministério Público  
368 será a SPD para que seja apurado a verdade ou a mentira dessa palavra. Lamentou não poder ficar  
369 muito mais tempo na reunião, mas como a pauta estava programada para 11h30 e já eram 13h05,  
370 disse ter um outro compromisso urgente, porém ficaria o máximo que pudesse. Solicitou que fosse  
371 passada a palavra à Fernanda, responsável pela órteses e próteses, para a Camila e a Monique,  
372 pois elas poderiam testificar todas essas informações. Disse estranhar, principalmente se existe  
373 alguma situação pessoal, pois entendeu que o posicionamento do Conselheiro em vários momentos  
374 historicamente onde fez essa entrega foi constantemente atacado pelo Conselheiro e achou que era  
375 a hora de se colocar isso claramente no papel e juridicamente analisar as falhas que existem nesse  
376 processo. Parabenizou o Conselho pela preocupação dessa temática e colocou-se à disposição se  
377 for acionado oficialmente pelo SEI por algum documento que precise ser esclarecido, colocando-se à  
378 disposição para dar todas as informações possíveis e necessárias para esclarecer essas dúvidas.  
379 Disse que gostaria de ouvir as pessoas responsáveis pelas órteses e próteses, pois observou que de  
380 forma leviana está sendo acusado de irregularidades que não existem e, como falou, providências  
381 serão tomadas em respeito a isso. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF,  
382 observou dois pedidos de questão de ordem, do Conselheiro Silvestre e do Conselheiro Helvécio.  
383 Solicitou que cada um mencionasse o item do Regimento referente à questão de ordem. Conselheiro  
384 **Silvestre** questão de ordem. Referiu-se o e-mail que recebeu do CSDF, por sua solicitação, e disse  
385 que está sendo respaldado em cima do e-mail que enviaram a ele e lá consta que a Secretaria da  
386 Pessoa com Deficiência, via o Sr. Secretário Sr. Flávio, que foram entregues cadeiras para vocês e  
387 as inscrições foram feitas sim pela Secretaria da Pessoa com Deficiência e a pessoa recebeu a  
388 cadeira no mesmo dia. Disse inclusive que se pode afirmar que tem duas listas, sendo uma que foi  
389 aberta pela Secretaria da Pessoa com Deficiência em 2022. Disse que entrou em contato com a  
390 Camila perguntando se essa lista de inscrições era verdadeira, sendo que ela afirmou na época que  
391 realmente foram abertas inscrições para serem entregues. Disse ao Secretário da Pessoa com  
392 Deficiência que estava colocando que recebeu um e-mail de resposta, e-mail que foi solicitado em  
393 novembro, pela Secretaria de Saúde, que não era ele que estava levantando hipóteses. Disse que  
394 recebeu esse e-mail e na lista consta o nome das pessoas que foram entregues cadeiras de rodas  
395 pela Secretaria da Pessoa com Deficiência. Disse não estar fazendo nenhuma acusação leviana.  
396 Considerou bacana se levar o tema ao Ministério Público pois quem irá provar isso são os e-mails  
397 que recebeu do CSDF. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, citou questão  
398 de esclarecimento que o Conselheiro Silvestre trouxe relacionada às fontes de informação deste  
399 tema que ele trouxe ao Plenário. Disse que a questão de ordem é sempre referente ao Regimento.  
400 Questionou qual o item do Regimento relacionado ao pedido de ordem do Conselheiro Helvécio.  
401 Conselheiro **Helvécio** respondeu que eram competências dos conselheiros. Instou o Secretário da  
402 Pessoa com Deficiência que aqui se estava em uma reunião Plenária do CSDF, que não era uma

403 arguição unilateral de acusação e defesa. Disse que a pauta foi aprovada pela reunião anterior do  
404 CSDF e uma vez exposta ao Plenário teria que ser colocada. Disse que o que se evidenciou, por  
405 questão verbal ou conformidade, e que a Presidente já se manifestou a respeito, que era uma  
406 questão referente a um pedido de esclarecimento de informação e o conselheiro tem imunidade na  
407 sua atuação, salvo a um delito grave demonstrado em flagrante. Conselheiro **Luís Carlos** salientou  
408 ao Conselheiro Silvestre que a denúncia aos órgãos de controle não pode ser feita de forma  
409 unilateral, tem que ser colocada no Plenário para que seja analisada e apreciada, e antes de mais  
410 nada as partes envolvidas têm que ser ouvidas. Convidada **Camila Medeiros** esclareceu pontos  
411 referentes à parceria firmada entre a Secretaria Extraordinária da PcD e a SES. Disse que a  
412 aquisição das cadeiras de rodas foi realizada pela Secretaria Extraordinária da PcD por meio de  
413 emenda parlamentar. Disse que existia uma ata da SES e a SEPD utilizou a mesma ata para  
414 aquisição das mesmas cadeiras que a SES adquiria. Disse que foram adquiridas 1200 cadeiras e  
415 elas não foram transferidas todas de uma única vez para a SES. Disse que as transferências são  
416 parciais, à medida que as cadeiras vão sendo entregues essas transferências parciais vão  
417 acontecendo. Disse que um dos motivos para que essa transferência não tenha acontecido de uma  
418 forma única é que a SES não tem um local para armazenar 1200 cadeiras. Disse que além das  
419 cadeiras adquiridas pela Secretaria da Pessoa com Deficiência a SES continua fazendo as suas  
420 aquisições constantes. Disse que as cadeiras adquiridas pela SEPD vieram para dar robustez, para  
421 complementar o programa da SES. Disse que o programa e as aquisições continuam acontecendo.  
422 Disse que não se tem um local para armazenar 1200 cadeiras e mais as que a SES compra que são  
423 mais de mil por ano. Deixou claro que todos os pacientes que a SES faz a entrega, sejam as  
424 cadeiras adquiridas pela SEPD ou pela SES, passam por uma avaliação com fisioterapeuta ou  
425 terapeuta ocupacional realizada ou na Oficina Ortopédica ou no Núcleo Ambulatorial. Disse que  
426 depois de o paciente ser avaliado ele entra em listas de espera independentes, para cada tipo de  
427 cadeira de rodas. Explicou que as cadeiras de rodas que são pré-fabricadas, que são as cadeiras de  
428 banho por exemplo, são tamanho único, e a maioria dos pacientes se encaixa naqueles tamanhos  
429 que são pré-fixados. Disse que essas cadeiras podem existir em estoque e o paciente quando vai se  
430 cadastrar, se não tem outro paciente na frente aguardando ou se a cadeira existir em estoque, ele  
431 pode receber no momento que faz a avaliação. Disse que outras cadeiras, como a tetraplégica,  
432 paraplégica, monobloco ou motorizada necessitam da medição exata do paciente, e ele não vai  
433 receber essas cadeiras de imediato, ele irá aguardar a aquisição das cadeiras, tenha em estoque e  
434 então será chamado para receber a cadeira. Disse que pode acontecer que um paciente receba a  
435 cadeira de banho, por exemplo, no momento que ele se cadastra, se tiver em estoque. Detalhou que  
436 o recebimento das cadeiras pelos pacientes depende do processo licitatório, por exemplo, e do  
437 número de pessoas inscritas em cada uma das filas. Convidada **Fernanda**, Oficina Ortopédica –  
438 SES, esclareceu pontos referentes à fala do Conselheiro Silvestre. Esclareceu que cadeiras  
439 motorizadas, como colocado pelo Conselheiro Silvestre, não foram adquiridas pela SEPD em sua ata  
440 nenhum modelo. Disse que os modelos de cadeiras de rodas adquiridas pela SEPD foram  
441 monobloco, tetraplégico adulto, tetraplégico anatômica, paraplégico infantil, obeso e cadeiras de  
442 banho com aro. Disse desconhecer quer a SEPD tenha feito qualquer tipo de entrega de cadeira  
443 motorizada, pois a cadeira motorizada foi adquirida pelas SEPD. Disse, com relação aos cadastros  
444 dos pacientes que recebem no mesmo dia da sua inscrição enquanto outros pacientes já aguardam  
445 há algum tempo, que existem algumas situações, como por exemplo pacientes que quando se entram  
446 em contato para convocar não se consegue contato com o paciente e, ao final de três tentativas de  
447 ligação, ele vai para um segundo cadastro que é aguardando contato do paciente. Disse que está  
448 inclusive especificado em Nota Técnica que não se fica esperando o paciente atender a ligação,  
449 então este paciente fica como status de aguardando contato até nova avaliação de sua situação.  
450 Disse que muitas vezes o paciente não localizado entra em contato e solicita que seja retomada a  
451 sua posição para o recebimento da cadeira, porém o cadastro permanece na data da sua entrada da  
452 primeira vez na lista, daí interpretações errôneas de demora na entrega podem surgir. Disse que  
453 internamente está sendo reavaliado se quando o paciente reaparece será inserido um novo pedido  
454 com a data da atualização cadastral dele. Disse que as prioridades são pacientes com idade acima  
455 de oitenta anos. Disse que tem doze tipos de cadeiras de rodas e oito tipos de cadeiras de  
456 locomoção, sendo que essas oito cadeiras têm tamanhos diferenciados. Disse que quando se faz um  
457 pedido faz-se por um critério de avaliação estatística das que mais tem saída, porém existem  
458 numerações que não tem fila. Convidada **Monique Nascimento**, Chefe do NAOPME, esclareceu  
459 pontos. Disse que o paciente que chega é da rede pública, com a solicitação de uma cadeira, de um  
460 meio auxiliar de locomoção, ou de uma órtese e prótese, realiza o cadastro e é agendada uma  
461 avaliação. Disse que após a avaliação o paciente entra em uma lista de espera. Explicou que por um

462 motivo ou outro se tem o material a pronta entrega e às vezes acontece de o paciente já ser  
463 contemplado no mesmo dia em que realiza a avaliação. Convidada **Fernanda** complementou a  
464 resposta, juntamente com Camila Medeiros. Disse que acredita que o e-mail citado pelo Conselheiro  
465 Silvestre sejam os relatórios que são gerados pela oficina ortopédica e são identificadas as cadeiras  
466 compradas via emenda parlamentar pela SEPD no relatório. Convidada **Camila Medeiros** explicou  
467 que quando é especificado no relatório SEPD não significa que ela foi entregue pela Secretaria da  
468 Pessoa com Deficiência, mas que aquela cadeira foi adquirida pela SEPD, mas era um paciente que  
469 estava na lista e no banco de dados. Conselheiro **Jefferson Bulhosa** opinou pela constituição de  
470 uma comissão ou GT para acompanhamento da questão. Conselheiro **Helvécio** solicitou que sejam  
471 formalizadas as informações referentes a ações e procedimentos para atendimento do fluxograma  
472 dos usuários identificados. Conselheiro **Silvestre** disse que no último dia 03 de março foi oficializado  
473 no DODF a parceria da SES com a SEPD. Disse que em 2022 oficialmente não existia essa parceria.  
474 Disse que tudo o que relatou foi através dos e-mails que recebeu do Núcleo de Órteses e Próteses.  
475 Opinou que deve estar havendo algum tipo de desinformação da parte da gestão. Disse que não tem  
476 nada a temer pois é um órgão fiscalizador do CSDF, terá que existir uma resposta do porquê dessas  
477 cadeiras terem sido entregues e teve mais de vinte inscrições que foram feitas no mesmo dia, não  
478 passaram por avaliação nenhuma e foram entregues no mesmo dia. Voltou a dizer que tudo o que  
479 está se respaldando no documento retirou dos e-mails que recebeu. Conselheira **Jeovânia**  
480 **Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, encaminhou, a partir das propostas dos Conselheiros  
481 Jefferson e Helvécio, a realização de reunião ampliada, presencial, da Comissão para tratar dessa  
482 pauta mais especificamente. Convidou o Conselheiro Helvécio para integrar a reunião. Informou ao  
483 Pleno que não havia mais quórum. Secretário da Pessoa com Deficiência, **Flávio Pereira**, propôs  
484 que se tenha um representante da Secretaria da Pessoa com Deficiência no CSDF. Lembrou a  
485 solicitação da gravação e da ata da reunião. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do  
486 CSDF, informou que a reunião está disponível na própria página da SES, pois é transmitida no  
487 *youtube*, e ata tão logo seja aprovada no Plenário será encaminhada conforme solicitado. Comunicou  
488 a falta de quórum na reunião. Disse que os itens 7 e 8 da pauta, assim como as inclusões solicitadas  
489 pela Conselheira Rozangela e Conselheiro Helvécio, ficaram sobrestadas para a reunião de abril. A  
490 503ª RO foi encerrada às 13h46. Foi lavrada a presente ata por mim, Ítalo de Araújo Verlangieri,  
491 secretário *ad-hoc*, para posterior apreciação e assinatura dos Conselheiros. Brasília, 14 de março de  
492 2023.

**JEOVÂNIA RODRIGUES SILVA**

Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal

**ANDRESSA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA CAVALCANTE**

Secretária Executiva do Conselho de Saúde do Distrito Federal

**LUCIANO MORESCO AGRIZZI**

Conselheiro suplente - Secretário-adjunto de Assistência à Saúde – SES/DF

**SANDRO ROGÉRIO RODRIGUES BATISTA**

Conselheiro titular – Diretor da Estratégia Saúde da Família – DESF/COAPS/SAIS/SES-DF

**ARILENE DE SOUSA LUÍS**

Conselheira titular – Assessora de Gabinete – GAB/SES

**MAURÍCIO GOMES FIORENZA**

Conselheiro suplente – Subsecretário de Atenção Integral à Saúde - SAIS

**OSNEI OKUMOTO**

Conselheiro titular – Fundação Hemocentro de Brasília - FHB

**ELZA FERREIRA NORONHA**

Conselheira titular – Hospital Universitário de Brasília - HUB

**MARIA AURILENE GONÇALVES PEDROZA**

Conselheira suplente – Diretora de Regulação da Atenção Ambulatorial e Hospitalar –  
DIRAAH/CRDF

**JURACY CAVALCANTE LACERDA JÚNIOR**

Conselheira titular – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal -  
IGESDF

**ROSALINA ARATANI SUDO**

Conselheira suplente – Associação Brasileira de Enfermagem do Distrito Federal –  
ABEn-DF

**TIAGO SOUSA NEIVA**

Conselheiro titular – Associação Médica de Brasília - AMBr

**SOLANGE PEREIRA DE SOUZA**

Conselheira suplente – Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito  
Federal – AACs/DF

**JEFFERSON DE SOUSA BULHOSA JÚNIOR**

Conselheiro suplente – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de  
Saúde – SINDSAÚDE/DF

**ROZANGELA FERNANDES CAMAPUM**

Conselheira suplente – Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal - SODF

**HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA**

Conselheiro titular – Associação dos Profissionais de Saúde Pública do Distrito Federal –  
Clube da Saúde

**ISAÍRES FLORENÇO DE SOUZA**

Conselheiro suplente - Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito  
Federal – AACs/DF

**JOSIANE ALVES JACOB**

Conselheira titular – Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito  
Federal – SINDATE-DF

**KARINE RODRIGUES AFONSECA**

Conselheira suplente – Associação Brasileira de Enfermagem do Distrito Federal –  
ABEn-DF

**MÍRIAM MARQUES NERY**

Conselheira suplente - Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília

**SILVESTRE ARAÚJO**

Conselheiro titular – Associação Brasília Inclusiva e Direitos Sociais - ABIDS

**LUÍS CARLOS MACEDO FONSECA**

Conselheiro suplente – Associação Brasília Inclusiva e Direitos Sociais - ABIDS

**JAIRA LEITE RAMOS**

Conselheira suplente – Pastoral da Saúde do Distrito Federal

**NAYTHIELLE LETÍCIA GUERRA DE SOUZA**

Conselheira suplente – Centro Acadêmico de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília  
– CASCO/FCE/UnB

**JOÃO MANOEL SANTOS ALCÂNTARA**

Conselheiro titular – Associação de Aposentados Pensionistas e Idosos da Previdência  
Social do Distrito Federal – ASAPREV/DF

**DARLY DALVA SILVA MÁXIMO**

Conselheira titular – Associação dos Cidadãos Solidários aos Movimentos Populares –  
CMP/DF

**TEREZINHA DE JESUS PANTOJA HENRIQUE**

Conselheira titular – Cooperativa Central Base de Apoio do Sistema Ecosol no Distrito  
Federal Base Brasília LTDA – ECOSOL BASE BRASÍLIA